

# A Constitucionalidade da Proibição da Exportação de Animais Vivos

Letícia Filpi

Presidente - Ong Gaia Libertas – Direitos Animais e da Natureza  
Diretora Jurídica– Agência de Notícias de Direitos Animais - ANDA

[www.gaialibertas.org](http://www.gaialibertas.org)





O papel da  
Constituição de  
1988 e o avanço  
da noção de bem-  
estar animal.



CF art. 225, §1º, VII  
Decreto 24.645/34  
Lei 9.605/98



Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.



# Princípios constitucionais envolvidos

- Precaução/Prevenção
  - in dubio pro natura
- não retrocesso ambiental
- Função socioambiental da atividade econômica – art 170 CF – proporcionalidade entre livre iniciativa e proteção ambiental.

# Jurisprudência

ADI VAQUEJADA:

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE  
4.983/CEARÁ

Voto Min. Luis Roberto  
Barroso:

(...) devendo-se resguardar os animais contra atos cruéis independentemente de haver consequências para o meio-ambiente, para a função ecológica da fauna ou para a preservação das espécies.

# •Constitucionalidade da Proibição da Exportação de Animais Vivos

- A exportação de animais vivos, por ser comprovadamente incompatível com padrões mínimos de bem-estar, torna-se inconstitucional por violar:
  - art. 225 (vedação à crueldade),
  - o dever de proteção ambiental,
- princípios estruturais (precaução, prevenção, dignidade animal).



- Proibição não viola liberdade econômica
- A Constituição protege atividade econômica com função social.
- Toda atividade geradora dano ambiental ou sofrimento aos animais, o Estado deve restringir.

## A Realidade da Exportação de Animais Vivos

- Exposição prolongada dos animais a altas temperaturas, ausência de ventilação e espaço, ambiente insalubre e sujo e estresse elevado.
- Alto risco de naufrágios e acidentes ambientais.
- ausência de planos de contingenciamento

Ausência de controle estatal durante as semanas de viagem



# Riscos jurídicos e sanitários

- Mortalidade elevada.
- Nascimentos não assistidos.
- Epidemias e zoonoses.
- Dificuldade de fiscalização
- Falta de transparência documental

- Impacto ambiental (poluição dos mares)
  - Dejetos.
  - Esgoto.
  - Carcaças.
- Risco de contaminação de águas internacionais.



O caso do Spiridon II é o símbolo contemporâneo dos problemas estruturais dessa prática.

- 2.900 vacas, muitas prenhes.
- Mais de 50 mortes registradas.
- Centenas de nascimentos a bordo.



- Animais sem certificação sanitária.
- O navio (de 1973!) ficou semanas à deriva.
- Condições descritas como insalubres e cruéis.

Impasse diplomático e sanitário envolvendo vários países.



## Pontos que o caso demonstra

- Falha regulatória global
- Os países não têm critérios uniformes de inspeção, certificação e desembarque.
  - Risco sanitário internacional real
    - Crueldade institucionalizada
- Condições estruturais de sofrimento extremo.

- Inobservância do princípio da precaução
- Mesmo com riscos conhecidos, a prática continua.
- Fragilidade jurídica do sistema de comércio internacional de animais vivos
- Lacunas normativas na WOAHA, IMO e OMC.(Organização Mundial da Saúde Animal, Organização Marítima Internacional e Organização mundial do Comércio)





Os animais têm o mesmo valor moral que os humanos, por serem um fim em si mesmos e por terem a capacidade de sentir, pensar e escolher.

Portanto, não existe nenhuma lei natural ou sobrenatural que nos permita a apropriação de seus corpos e de suas almas para benefício nosso.

Somos apenas uma dentre bilhões de espécies que habitam este planeta Terra.



# Obrigada

Maria Letícia Benassi Filpi

OAB/SP 218.921

email: [gaialibertas@gaialibertas.org](mailto:gaialibertas@gaialibertas.org)

[@gaialibertas.direitoanimal](mailto:@gaialibertas.direitoanimal)

